

Trabalho docente na escola pública: adoecimento e a busca por qualidade de vida em meio à precarização do trabalho

Janaina Aparecida de Andrade^I  

Sílvia Alves dos Santos^{II}  

Resumo

O trabalho docente na escola pública brasileira, inserido nas determinações do capitalismo contemporâneo, tem sido marcado por processos de intensificação, flexibilização e precarização que incidem diretamente sobre as condições de trabalho e a saúde dos professores. Este estudo tem como objetivo compreender as múltiplas determinações que configuram o adoecimento docente nesse contexto, bem como refletir sobre possibilidades de enfrentamento. Fundamenta-se no referencial do materialismo histórico dialético, mobilizando contribuições de Antunes (2009, 2014) acerca das metamorfoses do trabalho, em diálogo com Lacaz (1997) e Seligmann-Silva (2011) sobre saúde do trabalhador, e com Saviani (2015) e Freitas (2005) no campo da educação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A análise evidencia que o adoecimento docente não se reduz a fatores individuais, mas expressa as contradições inerentes à organização do trabalho sob a lógica do capital, manifestando-se na intensificação do trabalho, na ampliação dos mecanismos de controle e na desvalorização profissional, especialmente com a incorporação de novas formas de gestão escolar. Tais determinações contribuem para o adoecimento físico e mental dos professores, impactando sua atuação profissional e os processos de ensino e aprendizagem. Conclui-se que há urgência na formulação e no fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental, à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e à valorização da carreira docente.

Palavras-chave: Trabalho docente; saúde do trabalhador; condições de trabalho; qualidade de vida; escola pública.

I. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina, UEL, Brasil. Mestrado em andamento em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, UEL, Brasil. E-mail: jannyandrade@yahoo.com.br

II. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR. Professora Associada na Universidade Estadual de Londrina, UEL, Brasil. E-mail: sillalves@uel.br

Teaching in public schools: illness and the search for quality of life amidst precarious working conditions

Abstract

Teaching work in Brazilian public schools, shaped by the dynamics of contemporary capitalism, has been marked by processes of intensification, flexibilization, and precariousness that directly impact teachers' working conditions and health. This study aims to understand the multiple factors that contribute to teachers' ill health in this context, as well as to reflect on possible ways to address these issues. It is grounded in the framework of dialectical historical materialism, drawing on contributions by Antunes (2009; 2014) regarding the metamorphoses of labor, in dialogue with Lacaz (1997) and Seligmann-Silva (2011) on worker health, and with Saviani (2015) and Freitas (2005) in the field of education. Methodologically, this is a qualitative study of bibliographic and documentary nature. The analysis shows that teacher illness is not limited to individual factors but reflects the contradictions inherent in the organization of work under the logic of capital, manifesting itself in the intensification of work, the expansion of control mechanisms, and professional devaluation, especially with the incorporation of new forms of school management. Such conditions contribute to teachers' physical and mental health problems, affecting their professional performance and the teaching and learning processes. It follows that there is an urgent need to develop and strengthen public policies aimed at promoting mental health, quality of life at work (QLW), and the enhancement of the teaching profession.

Keywords: Teaching work; worker health; working conditions; quality of life; public school.



El trabajo docente en la escuela pública: enfermedad y búsqueda de calidad de vida en medio de la precarización del trabajo

Resumen

El trabajo docente en la escuela pública brasileña, enmarcado en las lógicas del capitalismo contemporáneo, se ha visto marcado por procesos de intensificación, flexibilización y precarización que inciden directamente en las condiciones laborales y la salud de los docentes. El presente estudio tiene como objetivo comprender las múltiples determinantes que configuran la enfermedad entre el profesorado en este contexto, así como reflexionar sobre las posibilidades de hacer frente a esta situación. Se basa en el marco del materialismo histórico dialéctico, recurriendo a las aportaciones de Antunes (2009; 2014) sobre las metamorfosis del trabajo, en diálogo con Lacaz (1997) y Seligmann-Silva (2011) sobre la salud del trabajador, y con Saviani (2015) y Freitas (2005) en el ámbito de la educación. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico y documental. El análisis pone de manifiesto que la enfermedad del profesorado no se reduce a factores individuales, sino que expresa las contradicciones inherentes a la organización del trabajo bajo la lógica del capital, manifestándose en la intensificación del trabajo, en la ampliación de los mecanismos de control y en la desvalorización profesional, especialmente con la incorporación de nuevas formas de gestión escolar. Estas circunstancias contribuyen al deterioro físico y mental de los docentes, lo que repercute en su desempeño profesional y en los procesos de enseñanza y aprendizaje. Se concluye que es urgente formular y reforzar políticas públicas orientadas a la promoción de la salud mental, la calidad de vida en el trabajo (CVT) y la revalorización de la carrera docente.

Palabras clave: Trabajo docente; salud del trabajador; condiciones laborales; calidad de vida; escuela pública.



Introdução

O presente estudo tem como temática central o trabalho docente na escola pública. Nesse sentido, a escolha de investigar o *trabalho docente na escola pública: adoecimento e busca por qualidade de vida em meio à precarização do trabalho*, se justifica pela atual necessidade de compreender quais desafios e impactos prejudicam o bem-estar docente na rede pública de ensino, na qual há uma crescente desvalorização e deterioração das condições de trabalho.

O recorte temporal para este estudo, corresponde ao decênio de 2014 – 2024, pois, nesse período, tivemos a aprovação de políticas educacionais que remoldaram a organização da educação no que tange à currículos, práticas pedagógicas e formação docente. Além disso, esse período é marcado por um processo crescente de precarização do trabalho, intensificado pela aprovação da reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017), trazendo mudanças significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), afetando direitos dos trabalhadores já garantidos e redefinindo aspectos centrais das relações de trabalho no Brasil (Brasil, 2017a).

No âmbito da política educacional, dois marcos regulatórios se destacaram nesse período, o primeiro é o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), que estabelece metas, diretrizes e estratégias para a melhoria da qualidade da educação brasileira (Brasil, 2014), o segundo é a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que reestrutura o currículo da educação básica, ao definir os conhecimentos, competências e habilidades essenciais para a formação dos estudantes (Brasil, 2017b). Diante disso, é necessário compreender como essas dinâmicas afetaram a qualidade de vida dos docentes de maneira a identificar possíveis estratégias de enfrentamento, com a intenção de promover um ambiente escolar mais saudável.

O objeto de estudo desta pesquisa é o trabalho docente na escola pública e suas relações com o crescente adoecimento de professores. O objetivo central



deste estudo é compreender as múltiplas determinações que incidem sobre a saúde docente em contextos de precarização do trabalho, bem como refletir sobre possibilidades de enfrentamento. Como objetivos específicos primamos por analisar as relações de trabalho a partir do modelo neoliberal de sociedade; o trabalho docente na escola pública e suas múltiplas determinações; e por fim, a docência em meio aos desafios de um contexto de precarização do trabalho e as possibilidades de resistência.

A justificativa para este estudo decorre do interesse em aprofundar os conhecimentos sobre o trabalho docente na escola pública, pois é um tema que chamou a atenção da primeira autora durante a graduação em Pedagogia, na realização dos estágios supervisionados e na participação no Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Educacionais e Formação Humana (GPTRAPEFORM) coordenado pela professora Silvia Alves dos Santos no Departamento de Educação além da participação no Programa de Iniciação Científica como bolsista. Além disso, o estudo se mostra relevante dado o impacto direto que o ambiente escolar e as condições de trabalho têm de afetar a saúde mental dos professores, influenciando a qualidade de ensino e as relações de trabalho.

Esta pesquisa foi bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite um levantamento abrangente do conhecimento já produzido sobre determinado tema, servindo como base para novas interpretações e reflexões. Dessa forma, a utilização de um bom referencial teórico, que por muitas vezes, é feito por uma revisão sistemática, serve como embasamento para a análise do fato social que será estudado. Além disso, segundo Ferreira (2009),

É através do referencial teórico que a pesquisadora, o pesquisador enxerga o mundo, atribui sentidos, escolhe. Portanto, é fundamental conhecer-se ao ponto de saber quais são as tendências, as crenças, as possibilidades de uma abordagem científica em acordo com suas escolhas teóricas, evitando, assim, a superficialidade (Ferreira, 2009, p.50).

Mainardes (2018) reforça que o uso do referencial teórico-epistemológico não apenas aprimora o rigor científico da pesquisa, mas também fortalece sua



credibilidade e validade. Segundo o autor, essa fundamentação é um elemento chave para a articulação entre as investigações e os conhecimentos prévios dos pesquisadores, permitindo com isso, uma análise mais crítica e aprofundada dos fenômenos educacionais, além de assegurar a confiabilidade do estudo.

O método de análise foi o materialismo histórico dialético, por ele ser o mais adequado para relacionar o fato social com a compreensão das relações políticas e ideológicas mais amplas e que afetam o problema delimitado para essa pesquisa. Segundo Masson (2012, p. 11) “a política educacional investigada é tratada em suas relações com o contexto social e histórico e não em seu aparente isolamento”. Nesse sentido, poderemos reconhecer que o problema de pesquisa está imbricado, interrelacionado com o movimento da história e, portanto, a conjuntura política e social vigente interfere na dinâmica do objeto.

Ao explorar o trabalho docente e o adoecimento decorrente das múltiplas relações no contexto da escola pública, possivelmente teremos uma melhor compreensão das demandas da profissão além de fornecer subsídios para a formulação de soluções que integrem saúde, qualidade de vida e valorização profissional. Além disso, ao investigar as condições de trabalho dos professores e suas repercussões na profissão, tentaremos contribuir para ampliar o debate acadêmico, oferecendo uma análise crítica de um problema atual que necessita de enfrentamentos.

Novas relações de trabalho no contexto neoliberal de sociedade e os impactos na saúde do trabalhador

O mundo as relações de trabalho têm passado por muitas transformações marcantes no decorrer das últimas décadas do século XXI, e com isso, as sociedades vêm se adaptando de acordo com os desdobramentos da globalização, das inovações tecnológicas e da reestruturação produtiva do capital. Essas transformações, denominadas por Antunes (2009) como novas configurações de trabalho, desvelam um processo de gestão do trabalho que reflete a coexistência de elementos tradicionais e contemporâneos. E como



resultado, essas mudanças trouxeram implicações para os trabalhadores, que envolvem tanto sua relação de produção quanto as formas de venda da sua força de trabalho.

Para Antunes (2009), as transformações no mundo do trabalho, derivadas dos processos de reestruturação produtiva do capital foram se alargando gradualmente e atingiram primeiramente países centrais do mundo a partir dos anos de 1970, se intensificando globalmente nas décadas seguintes. No Brasil, esse processo ganhou força a partir da segunda metade dos anos de 1980, consolidando-se na década de 1990.

Essas transformações introjetaram novas formas de gestão do trabalho por meio da substituição dos modelos de produção taylorista-fordista, pautando-se em estabilidade e regulação para formas mais flexíveis e precárias de trabalho, alinhadas ao crescente modelo toyotista. As transformações mais recentes resultaram na ampliação de outras formas de trabalho, tais como terceirizações, contratos temporários e empregos informais, destacando com isso, o predomínio de um sistema de organização de trabalho que maximiza a produtividade em detrimento de direitos sociais e trabalhistas em tempo cada vez mais reduzido (Antunes, 2009).

Um elemento chave das novas configurações é o avanço do chamado “trabalho multifuncional”, que tem exigido dos trabalhadores estar em constante processo de busca por uma qualificação em sua função de forma a adaptar-se às demandas do mercado. Essa exigência implicada ao trabalhador tende a promover o individualismo e, paradoxalmente, fragiliza a segurança no emprego (Antunes, 2009). Nesse contexto, o trabalhador não desempenha apenas suas funções habituais, mas também carrega a responsabilidade pela sua própria empregabilidade, submetendo-se a treinamentos contínuos e práticas que frequentemente mascaram formas de auto exploração, como o empreendedorismo compulsório.

Os impactos causados na vida dos trabalhadores em razão das transformações no mundo do trabalho são imensos. A precarização do



trabalho, por exemplo, tem impactado diretamente a saúde física e mental dos trabalhadores. O aumento das metas e as estratégias para atingi-las, bem como a pressão para o cumprimento das mesmas, a instabilidade contratual, a terceirização e a redução de direitos trabalhistas, tem criado um ambiente de trabalho inseguro para os trabalhadores, que, segundo Antunes (2009), “desconstrói os laços de sociabilidade” e aprofunda a alienação no ambiente de trabalho.

Segundo Calcini e Câmara (2022) o avanço das TICs e a adoção do home office, regulamentados pela Lei nº 13.467/2017 e pelas Leis nº 14.442/2022, intensificaram o que os autores chamam de “subordinação digital”. Essa inserção tem tornado tênue as fronteiras entre a vida pessoal e profissional, ou seja, esse fenômeno digital que cada vez mais se encontra presente nas novas configurações de trabalho, por meio de computadores, smartphones, plataformas e ferramentas digitais de gestão do tempo, possibilitam maior conectividade e flexibilidade no trabalho, entretanto, ampliam significativamente o controle das empresas sobre os trabalhadores.

Por mais que essa era digital permita que o trabalhador execute suas tarefas remotamente, ou seja, fora do ambiente físico da empresa, isso também pode implicar que as demandas do trabalho ultrapassem a sua jornada de trabalho. As ferramentas digitais como e-mails, aplicativos de mensagens e plataformas de gestão de tarefas estão, de certa forma, exigindo que o trabalhador esteja disponível a qualquer hora, mesmo durante momentos que deveriam ser reservados para o descanso ou a convivência familiar (Lacaz, 1997).

Neste caso, as fronteiras entre vida pessoal e profissional, ficam fragilizadas, pois o trabalhador passa a vivenciar uma sobreposição entre as duas esferas. Por exemplo, é muito comum que as pessoas, hoje em dia, respondam mensagens de trabalho durante horários de descanso ou dediquem tempo extra para cumprir metas que poderiam ser deixadas para o dia seguinte. Com isso, as pausas necessárias para o equilíbrio emocional e físico



são prejudicadas, contribuindo para o aumento de problemas como estresse, esgotamento profissional (Síndrome de Burnout) e dificuldade em desconectar-se do trabalho (Druck, 2011).

Outra implicação relevante é o enfraquecimento do coletivo laboral. Nesta, a lógica da competitividade, agravada pela busca incessante por produtividade, e assim a obtenção de mais capital, desmantela de certa forma a solidariedade entre os trabalhadores, que passam a competir uns com os outros, em vez de lutarem por direitos comuns. Contribuindo dessa maneira, para o aumento das desigualdades sociais e do desemprego estrutural, deixando grandes contingentes de força de trabalho à margem do sistema produtivo (Seligmann-Silva, 2011).

E por último, a terceirização, que veio para o mundo do trabalho como uma prática comum, na intenção de reduzir custos e aumentar a eficiência. No entanto, ela também resulta em condições precárias de trabalho como salários reduzidos e ausência de benefícios trabalhistas, expondo os trabalhadores a situações de vulnerabilidade. Já a gig economy, caracterizada por trabalhos temporários e sob demanda, como por exemplo, autônomos e freelancers (motoristas de aplicativos, entregadores, dentre outros), oferece autonomia para os trabalhadores, mas sem a segurança de vínculos formais ou acesso a direitos básicos, como férias e previdência social (Da Mata; Almeida, 2021).

Pressupõe-se desse modo, que essas novas configurações não apenas transformam as relações de trabalho, mas também modelam a maneira como os trabalhadores percebem sua própria existência social. O trabalho, que porventura já foi visto como um meio de realização pessoal e social, hoje tem se consolidado como uma atividade desprovida de sentido e fetichizada pelo consumo (Antunes, 2009).

Essas mudanças nas relações de trabalho, que vêm sendo impulsionadas pelo avanço tecnológico digital e pela globalização, além de trazer benefícios para a sociedade, também influenciam muito na relação entre empregadores e trabalhadores, pois o trabalho que antes era formal e estável, está abrindo



brechas para a aquisição de contratos temporários, prestação de serviços autônomos e flexíveis, que, embora ofereçam maior autonomia para alguns, por outro lado intensificam a precarização e a desigualdade nas condições de trabalho.

“Sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente, não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas muitas vezes, recusa e se desumaniza no trabalho” (Antunes, 2004, p. 9). Partindo da crítica ao sistema capitalista, em suas relações com o trabalho e as implicações sobre o trabalhador, o trabalho, muitas vezes, deixa de ser uma atividade que proporciona realização e passa a ser um meio de sobrevivência, marcado pela exploração, alienação e perda da identidade do trabalhador. O trabalhador não vê o resultado do seu esforço como algo que pertence a ele ou que lhe traz significado, pelo contrário, ele se vê subordinado a um processo que tem causado o seu esgotamento físico e mental.

Levando em consideração a teoria de Karl Marx sobre alienação no trabalho, Antunes (2004), destaca que o trabalhador vê o trabalho como um meio para exercer sua expressão criativa e realização pessoal, mas muitas vezes, o que ele encontra é um ambiente que proporciona condições que o desumanizam, visto que sob a ótica capitalista, ele pode ser tratado como uma mera ferramenta ou uma peça da engrenagem para aumentar a linha de produção, acarretando assim, na sua valorização apenas pela sua capacidade de gerar lucro para os empregadores.

Essa perspectiva de Antunes (2004), possui uma ligação direta com a questão da saúde do trabalhador, visto que, quando o trabalho se torna fonte de manipulação e atende somente aos interesses capitalistas, surge uma série de impactos negativos sobre o trabalhador que interferem na sua saúde física, mental e emocional. Os ambientes de trabalho opressivos, as longas jornadas, as pressões e tensões e, principalmente, a ausência de reconhecimento dos empregadores, podem gerar doenças como o estresse, a ansiedade, a depressão, a Síndrome de Burnout e até problemas físicos decorrentes de



esforço repetitivo ou falta de condições adequadas. O que é corroborado por Lacaz (1997), afirmando que “o trabalho, quando alienado e precarizado, é um dos principais fatores de adoecimento no contexto das relações capitalistas de produção”. Ou seja, no modo de produção capitalista a relação de trabalho prioriza produtividade e lucro em detrimento de outras dimensões.

Com as mudanças contínuas nas relações de trabalho, tais como o crescimento do trabalho digital ou remoto e a intensificação do uso de tecnologias no ambiente de trabalho, surgem novas demandas e preocupações para o trabalhador. Mesmo que o avanço da tecnologia possa facilitar e proporcionar melhorias na realização de tarefas, paralelamente manifesta a ampliação da cobrança por resultados e por produtividade, além de contribuir para que o trabalhador execute suas tarefas até nos momentos de lazer e descanso, ou seja, fora do horário de trabalho. Respalando assim, a afirmativa de Lacaz (1997), de que a introdução das novas tecnologias e a atual organização do trabalho geram novas formas de adoecimento que estão relacionadas ao desgaste psicológico e emocional dos trabalhadores.

Se o ambiente de trabalho proporciona as condições necessárias e adequadas para o exercício de suas atividades, o trabalhador poderá se tornar mais motivado e produtivo, porém, se as condições de trabalho são precarizadas, há a intensificação de fatores negativos, que extenuam a sobrecarga de tarefas, a exposição a riscos físicos e psicológicos, a falta de segurança, dentre outros, que implicam no surgimento ou agravamento dos problemas psicológicos, como estresse e ansiedade, assim como lesões físicas.

Lacaz (1997) destaca que são muitas as diversidades epidemiológicas dos danos à saúde dos trabalhadores, que podem se apresentar como doenças causadas pela maneira como o trabalho se organiza e se estrutura na sociedade. Como primeiro ponto, pode-se destacar o ambiente de trabalho, o aumento da competitividade e a intensificação das metas exigidas, o que induz a existência de uma pressão excessiva e a falta de autonomia do trabalhador, além da ausência de suporte organizacional. Nesse caso, a síndrome de Burnout (Brasil,



2024) é um exemplo das doenças ocupacionais que refletem o esgotamento emocional, físico e mental, causado por estes fatores e, muito frequentemente, vivenciado nas escolas públicas.

De acordo com o que discute Lacaz (1997), como segundo ponto, o autor cita a desconexão dos trabalhadores com o seu emprego, quando as atividades de seu ofício, ultrapassam a barreira da sua jornada de trabalho, invadindo e privando-os de usufruir seus momentos de lazer e descanso, interferindo na relação entre sua vida pessoal e profissional. Podemos dizer que, na atualidade, as discussões apresentadas por Lacaz (1997) poderiam ser facilmente atribuídas ao papel das redes sociais na atualidade, tais como, *WhatsApp*, *Telegram*, *Google Meet*, dentre outros aplicativos e redes de comunicação que foram desenvolvidos para conversas entre amigos e familiares, como meio de conectar as pessoas, e que passaram a ser utilizados como uma ferramenta de trabalho, nas quais as mensagens vêm a qualquer dia e hora, até mesmo nos finais de semana, que deveriam ser o momento de descanso do trabalhador.

Lacaz (1997) também destaca que essa desconexão com o trabalho, também envolve o trabalho em domicílio. O que é confirmado por Padilha (2009, p. 557) ao afirmar que,

O trabalho em domicílio também tem sido visto como uma política de conciliação entre trabalho e vida pessoal quando, na verdade, para trabalhadores qualificados e não-qualificados, tem mostrado contribuir para uma maior dificuldade de separar as fronteiras entre o trabalho e o tempo livre. Dito de outra forma, atividade laboral em domicílio não só traz uma intrusão do trabalho na vida familiar como também pode significar um aumento da duração do trabalho acompanhado de intensificação.

Como terceiro ponto, temos os trabalhadores do setor informal ou que se encontram em situações de vulnerabilidade. Esses, sofrem mais intensivamente os efeitos das políticas neoliberais e da flexibilização das relações de trabalho. Pois os mesmos, têm de lidar com a ausência de proteção social, aliado às jornadas exaustivas e aos baixos salários, tornando esse grupo de trabalhadores



mais suscetíveis a condições degradantes que comprometem tanto a saúde física quanto a mental.

Para Abramides e Cabral (2003), a implementação do neoliberalismo trouxe consigo a desregulamentação dos direitos trabalhistas em conjunto com a ampliação do trabalho precarizado. A questão da flexibilização do trabalho, que porventura deveria significar maior autonomia, na prática se traduz em insegurança, baixos salários e ausência de garantias como férias, licença médica ou aposentadoria digna, direitos estes, conquistados ao longo dos anos. Além disso, trabalhadores informais não possuem acesso a estruturas institucionais de saúde ocupacional, agravando o impacto de condições adversas.

Nesse cenário de tantas transformações no mundo do trabalho, é importante falar sobre o papel do Estado. Para Antonio Gramsci (1999), o Estado não é apenas aquele que impõe regras ou exerce controle por meio da força, ele atua de forma mais sutil, dentro da estrutura de concepção de Estado ampliado, além de contribuir para a produção de consensos e moldando ideias para manter a ordem vigente, ou seja, o Estado corrobora com a construção da hegemonia das classes dominantes mesmo quando aparenta estar atendendo ao bem comum. O que nos leva ao questionamento, por que as políticas públicas voltadas ao trabalhador como aquelas que deveriam garantir condições dignas de trabalho e preservar a saúde, acabam sendo frágeis, descontinuadas ou insuficientes? Por mais que o Sistema Único de Saúde (SUS), demonstre um avanço ao incluir a saúde do trabalhador como parte de suas responsabilidades, ainda enfrentamos sérias limitações estruturais e políticas que impedem que esse cuidado atenda, de fato, a todos que precisam.

Nesse sentido, conforme aponta Lacaz (1997), não basta haver leis ou programas no papel, é preciso vontade política, compromisso ético e, acima de tudo, mobilização social para que os direitos dos trabalhadores se tornem realidade. Sabemos que mudar essa realidade não é simples, mas reconhecemos que o sofrimento do trabalhador não é natural e sim resultado de escolhas políticas e econômicas. Um Estado que se compromete com a vida precisa



ouvir, cuidar e proteger aqueles que constroem, todos os dias, a base dessa sociedade: os trabalhadores.

Lacaz (1997) ainda diz que o fortalecimento de políticas públicas depende não apenas de recursos financeiros, mas também de vontade política e da mobilização social, ou seja, todos devem estar envolvidos no processo de criação. Deste modo, superar esse quadro problemático no campo da saúde do trabalhador exige esforços conjuntos de governos, empregadores, sindicatos e sociedade civil. É muito importante desenvolver políticas públicas que promovam condições dignas de trabalho, reconhecendo o trabalhador não apenas como força produtiva, mas como um ser humano de necessidades e possibilidades. Lacaz (1997) nos lembra que a saúde no trabalho deve ser pensada como um direito e não como um custo, reforçando que, cuidar do trabalhador é, em última instância, um investimento para toda a sociedade, mesmo nas contradições de uma sociedade capitalista.

O debate sobre a saúde do trabalhador, inserido no contexto do regime de acumulação flexível, evidencia as complexidades e contradições do mundo do trabalho contemporâneo. Abramides e Cabral (2003) destacam como as transformações no modelo produtivo, guiadas pela lógica neoliberal, estão implicadas na precarização das condições laborais e no comprometimento do bem-estar dos trabalhadores. Essa realidade nos convoca a reflexão sobre a humanização do trabalho como um imperativo ético e social.

O regime de acumulação flexível, caracterizado por inovações tecnológicas, terceirizações e critérios de polivalência, intensificou a exploração da força de trabalho. Tal modelo “amplia a precarização das relações de trabalho, intensifica ritmos e promove a insegurança laboral” (Abramides; Cabral, 2003, p. 6). Os trabalhadores enfrentam não apenas riscos físicos, como lesões por esforços repetitivos (LER/Dort), mas também um impacto crescente na saúde mental, expresso em estresse, ansiedade e sensação de desamparo.



Ribeiro (1997, p. 102) afirma que,

Para o capital, a saúde - entenda-se a saúde suficiente - é um simples e relativizado componente da mercadoria força de trabalho. Daí o fato habitual de contratar menores, manter na produção trabalhadores doentes ou, menos frequentemente, recrutar doentes para trabalhar. Esses são os preceitos e práticas do capital com relação à saúde da força de trabalho.

Desse modo, a lógica produtiva do capitalismo contemporâneo tende a desumanizar o trabalhador, ao tratar a força de trabalho como uma mercadoria. Nesse sentido, a humanização do trabalho exige a resignificação das relações de trabalho, onde o centro é o trabalhador, pensando no seu bem-estar físico, mental e social. Mas, para isso, é indispensável garantir boas condições de trabalho, como redução de jornadas extenuantes, segurança no ambiente de trabalho, salário compatível com a função e acesso a políticas públicas efetivas para o trabalhador.

Contudo, o progresso no processo de humanização não requer apenas ações institucionais, mas também uma resistência ativa dos trabalhadores. A luta sindical e a organização coletiva devem permanecer no horizonte sempre, pois são instrumentos essenciais para combater a exploração do trabalho. Por isso, retomar a importância dos movimentos sociais é um desafio em meio à crescente desmobilização, promovida pela ideologia neoliberal.

A saúde do trabalhador e a humanização do trabalho, portanto, são dimensões interdependentes que pedem uma mudança na forma como a sociedade lida com o mundo do trabalho. Por conseguinte, o compromisso com essa transformação não deve ser apenas uma demanda ética, mas algo necessário para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Abramides e Cabral (2003) nos indicam que o maior desafio é reconquistar direitos perdidos e preservar a dignidade humana frente às pressões do capital.



O trabalho docente na escola pública e o adoecimento: desafios

O professor é aquele profissional que contribui para o processo de ensino e aprendizagem, transformando o indivíduo a partir de processos educativos transformadores, visando sua humanização por meio do processo de transmissão e assimilação do conhecimento sistematizado. Saviani (2015, p. 287), define esse processo como

[...] a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos).

Partindo desse pressuposto, o professor é responsável por selecionar, temporizar e organizar os conteúdos a serem trabalhados, cujo objetivo maior é possibilitar o desenvolvimento do aluno em um ser cada vez mais autônomo.

Muitos professores se deparam com uma realidade diferente no contexto atual da educação brasileira. O professor, principalmente o que leciona no ensino médio, tem perdido sua autonomia no que concerne ao planejamento de suas aulas, uma vez que se veem obrigados a repassar conteúdos já estabelecidos e materiais didáticos prontos, elaborados externamente, impedindo assim que o docente organize suas metodologias. Segundo Centa (2022), com a implementação do Novo Ensino Médio, por exemplo, há orientações de diretrizes rígidas e centralizadas que, ao invés de ampliar a autonomia docente, a restringem, limitando as possibilidades de adequação curricular às realidades escolares.

O cenário educacional é marcado por inúmeros desafios como a sobrecarga de trabalho, a pressão por resultados e as demandas emocionais que surgem diante da relação aluno-professor e a escola. Tudo isso tem trazido à tona uma questão que precisa urgentemente ser debatida: a saúde mental dos professores.



Sob essa perspectiva, Antunes (2014) analisa o aumento da terceirização e a falta de vínculos empregatícios formais no Brasil. Diante disso, é possível imprimir que essa condição afeta demasiadamente o ambiente de trabalho, inclusive nos espaços escolares. Desta forma, a precarização do trabalho docente pode ser analisada a partir da crescente utilização de contratos temporários, principalmente no Ensino Médio, que a partir da reforma, pode fazer uso de tutores com notório saber. Esse uso do trabalho informal e a falta de garantias trabalhistas para professores se alinha com a ideia de que a morfologia do trabalho está se transformando, resultando em condições de trabalho cada vez mais vulneráveis para os docentes brasileiros.

Além disso, Antunes e Praun (2015, p. 408) dizem que, “as transformações ocorridas no capitalismo desde as últimas três décadas do século XX impactaram profundamente o mundo do trabalho”, e nos anos de 1990, o Brasil vivenciou intensas transformações econômicas e sociais, marcadas pela inserção na nova divisão internacional do trabalho, instituída em um contexto de industrialização dependente e subordinada às demandas do mercado global. Nesse cenário, a força de trabalho foi submetida a um processo de superexploração, caracterizado por baixos salários, ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, o que pode ser aplicado a categoria docente numa perspectiva atual.

No âmbito da escola pública, os professores lidam diariamente com situações de trabalho que comprometem não apenas sua saúde física, mas também seu bem-estar emocional e psicológico. A sobrecarga de funções, a ausência de autonomia e as exigências administrativas crescentes são fatores que impactam diretamente a qualidade de vida desses profissionais. Como salienta Padilha (2009), a conciliação entre trabalho e vida privada em relação aos trabalhadores é frequentemente comprometida. Para os professores, uma vez que os compromissos e tensões do ambiente escolar invadem o seu tempo pessoal, gera-se um desequilíbrio que prejudica suas relações interpessoais e familiares.



Uma questão que merece destaque é a prática de trabalho remoto, que se intensificou em diferentes áreas e na educação escolar durante períodos críticos, como a pandemia de COVID-19. Embora essa modalidade seja vista como uma forma de conciliar trabalho e vida pessoal para muitas pessoas, para os docentes ela intensificou a sobrecarga, tornando difícil separar as demandas profissionais das responsabilidades outras do cotidiano. Como observado por Padilha (2009), o trabalho em domicílio pode significar uma maior intrusão no ambiente pessoal, ampliando a duração e a intensidade do trabalho, com consequências negativas para a saúde mental e física.

Nesse contexto, é essencial refletirmos sobre a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), levando em consideração que ela é um tema debatido no campo acadêmico e organizacional. Contudo, Padilha (2009) destaca que, em cenários de precarização laboral, essa qualidade torna-se uma promessa distante para muitos profissionais, especialmente os docentes da rede pública de ensino. O discurso sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) frequentemente se apresenta como uma tentativa de humanizar o capital, mas na prática, enfrenta limitações significativas quando confrontado com as condições concretas de trabalho impostas pelo sistema capitalista de produção.

Como aponta Padilha (2009), um avanço significativo na busca por Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) passa pela necessidade de garantir a participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas ao seu trabalho. Para os docentes, isso significa recuperar sua autonomia pedagógica, muitas vezes comprometida por políticas educacionais neoliberais que priorizam resultados imediatos em detrimento de práticas reflexivas e transformadoras. A valorização dos professores e a criação de ambientes escolares saudáveis são passos fundamentais para superar as formas de exploração do trabalho que marcam a realidade educacional.

É preciso repensar a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no âmbito do trabalho docente, não como um meio para aumentar a produtividade, mas como um fim em si mesmo, que promova saúde, dignidade e bem-estar. Apenas



a partir de políticas públicas consistentes e de um compromisso coletivo com a valorização do magistério será possível minimizar os impactos do adoecimento e ressignificar a prática docente na escola pública, transformando-a em um espaço de realização profissional e social.

O trabalho docente na escola pública, portanto, é uma área cheia de desafios que, muitas vezes, culminam em problemas de saúde para os professores. A complexidade dessa relação entre trabalho e saúde é evidenciada pela sobrecarga de atividades e pelas condições precárias enfrentadas pelos professores. Segundo Gomes e Brito (2006),

[...] o trabalho docente na escola pública é complexo, abarcando inúmeras problemáticas que envolvem desde aspectos macros - como a globalização, as transformações no mundo do trabalho, entre outros - até questões do cotidiano em sala de aula, como, por exemplo, a falta de giz (Gomes; Brito, 2006, p. 59).

Esses inúmeros fatores contribuem para a construção de um ambiente de trabalho, que pode ser desgastante e prejudicial à saúde docente. Uma pesquisa feita por Gomes e Brito (2006, p. 56) em uma escola estadual do estado do Rio de Janeiro, demonstra que “os efeitos do trabalho são mais sentidos no fim do ano, na forma de um cansaço maior, insônia, ou sono que não é reparador, ansiedade, irritação e estresse”. Além disso, asseveram que os sintomas de adoecimento entre os professores são variados e muito preocupantes, sendo eles,

[...] mal-estar geral, falta de ar, pressão baixa, tonturas, cansaço, labirintite, esgotamento físico e mental, problemas nas cordas vocais, problemas respiratórios, alergias, rinite, perturbações do sono (insônia e sono que não é reparador), perturbações de caráter digestivo, formas de alimentação inadequadas (podendo implicar a médio e a longo prazo em deficiências nutritivas), estresse, aumento nos níveis de ansiedade, frustração, angústia, depressão e irritabilidade (Gomes; Brito, 2006, p. 57).

Segundo as autoras, esses problemas de saúde, não surgem de maneira isolada, mas aumentam frequentemente em períodos críticos do ano letivo,



como o fim do período escolar, quando a pressão e a carga de trabalho aumentam. Essa realidade vivida pelos professores brasileiros, coloca em evidência a necessidade da promoção de intervenções que visem não apenas a melhoria das condições de trabalho, mas também a saúde dos professores que atuam principalmente na rede pública de ensino.

Diante desse cenário é de extrema importância que as instituições educacionais e os gestores governamentais reconheçam o valor da construção de um ambiente de trabalho mais saudável para os docentes.

No geral, a relação entre o trabalho docente e a saúde na escola pública é heterogênea e variada. A sobrecarga de trabalho, as condições precárias e os sintomas de adoecimento são questões que demandam muita atenção, discussão e ação. Como afirmam Gomes e Brito (2006, p.58), “o que constatamos foi que a ‘sobrecarga de trabalho’ está relacionada às dificuldades enfrentadas diante das diversidades e variabilidades associadas ao trabalho”. Portanto, é inegável que se busquem soluções que promovam não apenas a saúde dos professores, mas também a valorização da carreira docente.

Um fio de esperança: a docência ainda vale a pena em um cenário de precarização do trabalho?

Historicamente a docência tem enfrentado desafios que afetam a função histórica do trabalho docente. O contexto escolar atual, tendo em vista a implementação das políticas educacionais neoliberais, tem levado os professores a exigências cada vez mais altas, que os colocam em situação de vulnerabilidade. Para Freitas (2005) o “ensinar para teste”, para alcançar metas, acarreta a perda da autonomia do professor no seu planejamento específico, o desgaste emocional e físico que eles vivem devido à falta de reconhecimento e apoio para os problemas que encontram em sala de aula, e por fim, pelas condições precárias de trabalho.

Embora em nossa sociedade atual seja quase uma redundância falar em ‘trabalho precário’, alguns poucos trabalhadores conseguem fazer de sua atividade laboral uma fonte de prazer, estabilidade e dinheiro.



Mas a maioria encontra-se obrigada, com mais ou menos intensidade, a conviver com as várias facetas da precariedade no trabalho (Padilha, 2009, p. 550).

Diante disso, surge uma pergunta inevitável: “A docência ainda vale a pena em um contexto de precarização do trabalho?”. Como afirmado anteriormente, a profissão docente atravessa intensos desafios, que vão desde as condições de trabalho até a ausência de políticas de valorização que afetam a saúde mental. Principalmente, se levarmos em consideração os fatores disseminados por Padilha (2009), no sentido geral de trabalho, onde a maioria dos fatores citados pela autora envolvem desafios do trabalho docente nos dias atuais.

Quadro 1 - Fatores da Precarização do Trabalho e suas Implicações para o Trabalho Docente na Escola Pública

Fatores	Descrição segundo Padilha (2009)	Relação com o Trabalho Docente
Desregulamentação e perda de direitos	Flexibilização das leis trabalhistas, redução da proteção legal	Reformas (NEM e a EC 95) fragilizam o vínculo trabalhista dos professores e limitam investimentos em educação
Legalização do trabalho temporário, parcial e informal	Contratações sem garantias ou instabilidade	O aumento da contratação de professores temporários (PSS)
Terceirização e quarteirização	Terceirização em cadeia, com perda de vínculo direto com o empregador	Terceirização de serviços educacionais (como merenda e limpeza) afeta a dinâmica da escola e precariza os vínculos entre os profissionais
Intensificação do trabalho	Aumento da produtividade exigida sem proporcionalidade de recursos	Professores enfrentam turmas lotadas, múltiplas funções (aulas, reuniões, planejamento, avaliações) e metas impostas pelas redes
Aumento da jornada e polivalência	Longas jornadas e acúmulo de funções	Professores com dupla jornada atuam em várias escolas para complementar a renda, acumulando funções pedagógicas, administrativas e sociais
Exposição a riscos à saúde	Ambientes de trabalho inseguros e estressantes	Violência escolar, adoecimento físico e mental, estresse e Síndrome de Burnout crescem entre professores, além da falta de apoio institucional
Rebaixamento dos salários	Remuneração incompatível com as exigências do trabalho	Piso salarial desvalorizado, especialmente nos estados e municípios, levando muitos docentes à dupla jornada

(Continua)



(Continuação)

Fatores	Descrição segundo Padilha (2009)	Relação com o Trabalho Docente
Instabilidade no emprego	Demissões frequentes, contratos temporários	Cresce o número de professores com contratos precários, sem estabilidade, em constante rotação
Fragilização sindical e da resistência coletiva	Enfraquecimento das organizações dos trabalhadores	Campanhas contra greves e sindicatos dificultam mobilizações docentes e a luta por melhores condições
Feminização da força de trabalho	Presença predominante de mulheres em postos precarizados	Resultante de uma construção histórica que vincula a profissão ao cuidado materno, à desvalorização salarial e a estereótipos de gênero e não a diferenças reais de capacidade entre homens e mulheres.
Rotatividade estratégica	Demissão e recontração para manter baixos salários	Muitos sistemas de ensino contratam temporariamente e evitam efetivação, impedindo a progressão na carreira

Fonte: Autores, baseado em Padilha (2009).

O quadro elaborado evidencia como os elementos da precarização, apontados por Padilha (2009), se manifestam de forma concreta na realidade docente, tais como a intensificação das tarefas, o acúmulo de funções, a desvalorização salarial, a instabilidade contratual e o adoecimento físico e mental, que nessa perspectiva fazem parte de um contexto histórico de fragilização do trabalho docente e a identidade docente. Essa realidade demonstra que o trabalho docente está inserido em um processo de flexibilização e mercantilização das relações de trabalho, em que a lógica produtivista se sobrepõe às necessidades pedagógicas e humanas. Além disso, podemos notar que a fragilização dos sindicatos e das ações coletivas de resistência tem enfraquecido a capacidade de enfrentamento desse processo, o que torna mais urgente a necessidade de reconhecimento da docência como um trabalho qualificado, que exige condições dignas de trabalho, valorização e proteção social.

Nesta sociedade capitalista na qual o trabalhador tem que lutar por sua subsistência, o professor é um trabalhador que precisa receber um salário para sobreviver (Dal Bello, 2016). A Portaria MEC nº 77, de 29 de janeiro de 2025, que



divulga o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica para o exercício de 2025, institui que,

Art. 1º Fica atualizado o valor do Piso Salarial Profissional Nacional - PSPN, do Magistério Público da Educação Básica, no exercício de 2025 para R\$ 4.867,77 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), na forma prevista na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 (Brasil, 2025).

Esse piso salarial, apesar de ser maior que o salário mínimo instituído no Brasil (R\$1.518, 00) não atende às necessidades do trabalhador docente, pois segundo o DIEESE (2025) estima-se que o salário mínimo necessário para atender às necessidades de uma família brasileira em junho de 2025 deveria ser de R\$ 7.416,07. Esse valor apresentado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) está baseado na cesta básica e outras despesas essenciais, como moradia, transporte, educação, saúde, vestuário, higiene e lazer.

A esperança, portanto, não está na idealização da profissão, mas na concepção concreta de que o professor, como trabalhador em uma sociedade capitalista, tem se adequado ao mundo do trabalho, se sujeitando a precarização e a desvalorização da profissão como forma de sobrevivência.

Devemos considerar a profissão docente como o resultado das relações sociais de trabalho, das forças produtivas, das relações de classe e das condições de produção social. O contexto histórico de valorização ou desvalorização do trabalho docente tem refletido as contradições entre o capital e trabalho, onde a educação é um campo de disputas na qual as classes dominantes buscam manter seu poder e controle sobre a formação do indivíduo, por meio da escola, tornando o docente um mero reproduzidor das suas concepções educacionais (Oliveira; Santos, 2020). Com a precarização das condições de trabalho, a baixa remuneração e a ausência de políticas de valorização, fatores que revelam a correspondência dessa relação de classe, na realidade educativa, reforça o papel do professor como um trabalhador que precisa submeter-se aos interesses do capitalismo para sobreviver.



Diante desse quadro, ser professor no capitalismo contemporâneo equivale a atuar em um espaço marcado por contradições, no qual a luta por direitos e melhores condições laborais expressa a busca por uma vida e um trabalho dignos, mesmo no enfrentamento das forças de exploração decorrentes da relação capital e trabalho.

Considerações finais

Podemos dizer que o adoecimento docente na escola pública brasileira é resultado de um processo histórico e social que tem se expressado, em seu sentido amplo, como consequência da lógica do capital sobre o trabalho. Desse modo, podemos evidenciar que a precarização das condições laborais é resultado das transformações estruturais no mundo do trabalho, desencadeadas pelo avanço do neoliberalismo que tem como base a reestruturação produtiva do trabalho.

Os efeitos do modo capitalista de produção chegam diretamente às escolas e impactam o trabalho docente precarizando e intensificando as atividades laborais, desvalorizando a profissão docente e destruindo cada vez mais a sua autonomia.

Para o capital, é mais interessante que o professor seja um executor de tarefas pré-determinadas. Assim, a docência que deveria ser um espaço de socialização de conhecimentos voltados para a formação humana emancipadora por meio dos conhecimentos científicos adquiridos, acaba se transformando em um mecanismo que reflete os interesses dominantes, submetido a uma lógica de produção, onde o que prevalece é atender as demandas de metas, rankings, avaliações externas, ser eficiente.

Como parte da lógica da relação capital e trabalho, temos um movimento crescente de adoecimento dos professores, cuja força de trabalho é explorada e descartada de acordo com as necessidades do capital. Portanto, destacamos a urgência de políticas públicas realmente comprometidas com a



classe trabalhadora, e que reconheçam o papel estratégico da educação na formação da consciência crítica e na superação das desigualdades estruturais.

Reafirmamos ainda, que a luta pelas melhores condições de trabalho, saúde e valorização dos professores vai além dos interesses de grupos economicos dominantes, ela faz parte de uma luta maior contra o capital. Apesar do conflito entre capital e trabalho, é muito importante que os trabalhadores resistam e se organizem coletivamente, pois, é por meio do movimento social e sindical, que podem surgir as possibilidades reais de mudanças na melhoria da carreira e das condições de trabalho.

Por fim, ser professor é, antes de tudo, ser um trabalhador que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver em uma sociedade capitalista, que o explora e o desvaloriza socialmente. Escolher a docência, nesse contexto, necessita entender que é uma profissão economicamente desfavorável, com o objetivo mínimo de manter as condições básicas numa sociedade de consumo. O professor, enquanto trabalhador assalariado, vem atuando, historicamente, em meio às contradições do sistema, que impõe a lógica do capital como norteadora das relações de trabalho na escola pública e por isso mesmo essa profissão se torna ainda mais desafiadora porque congrega um misto de compromisso social com a transformação da sociedade ao lado de ambientes de trabalho que não condizem com os pressupostos de uma formação e atuação humanizadora.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 3-10, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/P87NC7ZMqpymgR9f3gBG8yh/?lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.



ANTUNES, Ricardo. As configurações do trabalho na sociedade capitalista. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 131-132, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GkXHNddrqKGGtQf4JyjWjCN>>. Acesso em: 23 dez. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, maio 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtfD3Yw6YXTTB3YXL#>. Acesso em: 12 set. 2024.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cbc3JDzDvxTqK6SDTQzJJLP/#>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2017b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2017/rcp002_17.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.



BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 77, de 29 de janeiro de 2025. Publica o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2025. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 31, 31 jan. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-77-de-29-de-janeiro-de-2025-610281446> . Acesso em: 22 jul. 2025.

CALCINI, Ricardo; CAMARA, Amanda Paoleti. Tecnologias e o teletrabalho pós-pandemia: o controle invisível aos olhos do subordinado. **Revista da Escola Judicial do TRT4**, Porto Alegre, v. 4, n. 7/8, p. 391-419, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/234640>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CENTA, Fernanda Gall. **Autonomia docente na implementação do Novo Ensino Médio**: possibilidades e constrangimentos no contexto do RS. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2 dez. 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/28204> . Acesso em: 25 jul. 2025.

DA MATA, Antonio Lucas dos Santos; ALMEIDA, Saulo Nunes de Carvalho. A proteção fundamental do trabalhador na gig economy: por uma necessária adequação das normas trabalhistas. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, v. 23, n. 38, p. 197-215, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22171/rej.v23i38.3168>

DAL BELLO, Osvaldo Dalberio. Afinal, quem é e como se forma o Professor? **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 8, n. 16, p. 355-379, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/543>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Salário mínimo nominal e necessário**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2025.



FERREIRA, Liliana Soares. A pesquisa educacional no Brasil: tendências e perspectivas. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 9, n.1, p. 43-54, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142009000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 nov. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dRvdK8ZQCFhC5D7Fwj6hGDK/?lang=pt#>. Acesso em: 11 set. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Luciana; BRITO, Jussara. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 49-62, 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812006000100005. Acesso em: 9 jan. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, p. S07-S19, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YjpFfxHFNckRX9gcxsWtZZG/?msclid=c0f59ac8a65411eca239240d50c17956>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/njDMt6PjSDLjzByjpXwr4zh/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/966/126>. Acesso em: 21 nov. 2024.



OLIVEIRA, Juscilene Silva; SANTOS, Emiliana Oliveira Rocha dos. Ser professor: valorização do trabalho docente à luz da legislação brasileira. In: NUNES, Claudio Pinto; CARDOSO, Berta Leni Costa; SOUSA, Erivan Coqueiro (org.). **Condições de trabalho e saúde do professor**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020. p. 193-208. Disponível em: <https://www2.uesb.br/editora/wp-content/uploads/CONDI%C3%87%C3%95ES-DE-TRABALHO-E-SA%C3%9ADE-DO-PROFESSOR-site.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, 2009. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1725>. Acesso em: 23 nov. 2024.

RIBEIRO, Herval Pina. **A violência do trabalho no capitalismo** – o caso dos membros superiores pelo esforço repetitivo em trabalhadores bancários. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-21092018-132933/pt-br.php>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SAVIANI, Demerval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo, Cortez, 2011.



Como citar

ANDRADE, J. A. de, SANTOS S. A. dos. Trabalho docente na escola pública: adoecimento e a busca por qualidade de vida em meio à precarização do trabalho. **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-30, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.54676>.

Submetido em: 23 de fevereiro de 2026

Aceito em: 30 de abril de 2026

Publicado em: 24 de junho de 2026



CRedit

Reconhecimentos:	Não se aplica
Financiamento:	Não se aplica
Conflito de interesses:	As autoras certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica
Contribuição dos autores:	ANDRADE, J. A. afirma ter realizado conceituação, investigação, metodologia, redação – rascunho original; validação, visualização, redação -revisão e edição. SANTOS, S. A. afirma ter realizado Conceituação, Curadoria de Dados, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Supervisão, Validação, Redação -revisão e edição.

Equipe Editorial

Editor de Seção:	João Fernando de Araújo
Membro da Equipe de Produção:	Junior Peres de Araujo
Assistente de Editoração:	Simone Steffan
Layout e Diagramação:	Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico

